

SUELI JUNCO

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1992



SUELI JUNCO

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1992

Monografia apresentada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação Física (FEF), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Física Adaptada.

Agradecimentos

- _ Ao Prof^o Dr. Edison Duarte, pela orientação e pela convivência que me proporcionaram novos conhecimentos e uma sincera amizade.

- _ À Prof^a Mestre Maria Lúcia Guedes P. Francischetti, pela coorientação e pelo estímulo constante até a conclusão deste trabalho.

- _ Aos meus pais, Julião e Izabel, pelo apoio, sacrifício e incentivo inimensuráveis, para chegar até aqui.

- _ À minha alma gêmea, Márcio Carneiro da Silva, pela ajuda técnica no computador, e pela inesgotável fonte de compreensão e carinho.

- _ Às crianças que participaram deste estudo, pelos ensinamentos, que me fizeram ver a vida com outros olhos.

- _ À Dulce I. L. dos Santos Augusto, bibliotecária da FEF-UNICAMP, pela ajuda nos momentos difíceis.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - A Questão da Avaliação para a P.P.D.M.	05
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	15
CAPÍTULO II - Proposta de Avaliação	16
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	24
CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

Resumo

A preocupação central deste trabalho é enfatizar a importância da avaliação na estruturação de um programa de Educação Física Adaptada para portadores de deficiência mental.

Os critérios de avaliação utilizados foram: alguns testes padronizados, e, as observações constantes durante as atividades físicas em aula.

Contamos com a participação de todos os portadores de deficiência mental, educáveis e treináveis, da Instituição.

O grupo era bastante heterogêneo, tanto em idade cronológica, como em idade mental, o que exigiu uma diversificação em recursos e técnicas.

A partir de então, as classes foram submetidas num primeiro momento, aos testes padronizados individuais em um ambiente bastante descontraído em minha companhia, e, num segundo momento às atividades grupais em aula, num contexto lúdico.

Os resultados encontrados neste estudo permitiram observar que os critérios de avaliação utilizados não mascararam a potencialidade do aluno e ofereceram parâmetros importantes para a elaboração, acompanhamento e evolução de um programa de atividade física adaptada.

Este trabalho sugere que a avaliação, ainda um aspecto discutível, é primordial para que se conheça a clientela a ser trabalhada e, conseqüentemente, se estruture um programa que supra as suas necessidades.

Introdução

Atualmente, estatísticas demonstram que uma significativa parcela da população mundial é portadora de deficiências. O Brasil, não escapando à regra, conta com um considerável contingente de portadores de deficiências física, sensorial e mental, podendo ser congênitas ou adquiridas.

Ao nos depararmos com tal informação torna-se crescente a preocupação em abordar uma proposta que venha a abranger essa clientela, de maneira multidimensional, incluindo aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Embora os preconceitos e a rejeição sejam ainda notórios no mundo moderno, quando nos tratamos de pessoas portadoras de deficiências, evidencia-se a tendência de reconhecer os direitos e o potencial de desenvolvimento das mesmas.

O crescente interesse em possibilitar a participação dessas pessoas em programas de Educação Física, é decorrente dos benefícios proporcionados, desde que respeitadas suas características de desenvolvimento, necessidades e limitações.

A contribuição do profissional de Educação Física Adaptada não se restringe somente ao desenvolvimento motor do portador de deficiência, ao contrário, atenta-se ao fato de dar-lhe condições para uma maior participação social através de seus conhecimentos e procedimentos.

Para que haja uma harmonia entre a preocupação do profissional de Educação Física e o desenvolvimento do portador de deficiência, é premissa básica concebê-lo acima de qualquer "rotulação" como Ser Humano, que tem o seu valor, a sua auto-estima, e, aspira como toda pessoa, a fazer algo que lhe dê a sensação de realização, dentro das suas limitações.

Isto posto, a problemática existente é gerada pela dificuldade de participação em atividades motoras, dos portadores de deficiência mental, educável e treinável, de Instituição, em programas de Educação Física. Tal dificuldade deve-se ao fato de que inexistente um planejamento que leve em consideração, por exemplo, o grau de comprometimento mental, permitindo estabelecer uma divisão entre os deficientes que se adequam ao tratamento oferecido e os que necessitam de assistência especial, em outro estabelecimento.

-> Dessa forma, este trabalho tem por objetivo oferecer subsídios aos leitores de maneira a possibilitar-lhes a estruturação de um programa de Educação Física Adaptada, através de alguns critérios de avaliação previamente realizados.

Neste sentido, para maiores informações, delimitei objetivos específicos como:

- _ Avaliar as limitações e as características de fase de desenvolvimento em que o educando se encontra;
- _ Avaliar individualmente cada educando, de modo a atingir todo o grupo;
- _ Oferecer uma sequência gradual de dificuldades;
- _ Criar situações vivenciadas;

- Proporcionar técnicas e recursos diversificados;
- Oferecer à Instituição informações complementares, com a avaliação, que serão anexas ao prontuário da p.p.d.m.

A preocupação em desenvolver um programa de Educação Física com atividades motoras adaptadas para portadores de deficiência mental, surgiu a partir da experiência vivenciada no ano de 1.991, como profissional de Educação Física Adaptada, em uma Instituição conveniada pela L.B.A., na cidade de Sorocaba.

A Instituição permanecia há quatro anos sem propiciar aulas de Educação Física Adaptada aos portadores de deficiência mental devido a inexistência de um profissional; havia heterogeneidade nos grupos a serem trabalhados dentro da própria classe, tanto em idade cronológica como em idade mental; quase não havia disponibilidade em recursos físicos e materiais; e, as classes excediam em número de crianças.

Levando-se em consideração os aspectos supracitados, era necessário de antemão conhecer a clientela e a realidade em que se encontrava. E, assim, a avaliação não só seria o caminho das descobertas como a maneira de se chegar ao fim, que por sua vez, era o programa de Educação Física propriamente dito.

O contato com as condições reais da Instituição, associado às necessidades dos portadores de deficiência mental, mostrava-me gradativamente a importância de montar um programa que sugerisse possíveis soluções para que se pudesse atendê-los, partindo da etapa do desenvolvimento atingido até o seu potencial limiar.

Quanto a metodologia empregada, refere-se a uma pesquisa participante com características de um estudo de caso, que se

utiliza de uma revisão bibliográfica para compor o referencial teórico, e, da observação sistemática como instrumento de coleta de dados.

O tipo de pesquisa participante utilizada, é a participante como observadora, que, por sua vez, não oculta totalmente suas atividades, mas revela apenas parte do que pretende. Sua preocupação é não deixar totalmente claro o que pretende, para não provocar muitas alterações no comportamento do grupo observado.

Assim, este trabalho aborda em um primeiro momento o estudo de caso propriamente dito, e a questão da avaliação para a p.p.d.m., com uma fundamentação teórica.

Posteriormente uma proposta de avaliação, com enfoque ao contexto a ser realizada, seus aspectos positivos e negativos.

As conclusões apresentam os principais pontos abordados neste trabalho, como também uma visão realista dos resultados do programa de Educação Física Adaptada, após a avaliação.

Trata-se de crianças portadoras de deficiência mental com idades cronológicas, e grau de comprometimento mental e motor variados, pedagogicamente identificadas como educáveis e treináveis, que permaneciam há quatro anos sem realizar atividades físicas dentro da Instituição.

CAPÍTULO I

A Questão da Avaliação para a P.P.D.M.

A O.M.S. (Organização Mundial de Saúde, 1.985) caracteriza os portadores de deficiência, considerando seu desenvolvimento bem como seus déficits, em : deficientes mentais profundos, correspondendo a uma pequena minoria, com um déficit intelectual refletido no seu Q.I. inferior a 20 e com um nível de desenvolvimento correspondendo a uma idade de desenvolvimento abaixo de 2 anos, frequentemente com comprometimento motor acentuado; deficientes mentais severos e moderados, que abrangem cerca de 0,3% de todas as crianças que alcançam alguma independência durante a infância e a adolescência. Seu nível de independência nas atividades cotidianas depende basicamente de treinamento; deficientes mentais leves, o grupo mais amplo, com cerca de 2 à 3% das crianças em idade escolar. Sua adaptação social é muito influenciada por fatores econômicos, históricos e sociais, e, também depende dos processos de treinamento e de adequação (1).

Classificação e distribuição das deficiências mentais, propostas pelo Comitê de Experts em Saúde Mental da O.M.S. em 1.985 :

Grupo	Q.I.	Proporção na população D.M.
profunda	0 - 20	5%
severa	20 - 35	20%
moderada	36 - 50	
leve	50 - 70	75%

Neste estudo, em particular, não enfocaremos a deficiência mental profunda, devido ao tempo disponível e ao número de profissionais a trabalhar com essa clientela que exige atenção e cuidado redobrados.

Antes de abordarmos o estudo de caso ora proposto, torna-se necessário definir alguns termos específicos, para maiores esclarecimentos aos leitores, ou seja, segundo ROBINSON, 1975, o retardamento mental refere-se ao funcionamento intelectual geral abaixo da média, que se origina durante o período de desenvolvimento e está associado a prejuízo no comportamento adaptativo (2).

Para ANDERSON, 1981, a O.M.S. propõe que, deficiência, reflete a uma anomalia de estrutura ou uma anomalia de aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, independentemente de sua causa, tratando-se, em princípio, de uma perturbação de tipo orgânico; incapacidade, diz respeito às consequências de uma deficiência no âmbito funcional e da atividade do indivíduo, representando desse modo, uma perturbação

no plano pessoal; handicap, refere-se às limitações experimentadas pelo indivíduo em virtude da deficiência e da incapacidade, refletindo-se, portanto, nas relações do indivíduo com o meio, bem como em sua adaptação ao mesmo (3).

Já para KRYNSKI, 1969, a deficiência mental, não corresponde a uma moléstia única mas a um complexo de síndromes que tem como única característica comum a insuficiência intelectual(4).

Do ponto de vista pedagógico, segundo CLÉLIA MENDONÇA SICA, é possível classificar a pessoa portadora de deficiência mental em educável, treinável, semi-dependente e dependente, que corresponde aos graus de deficiência: leve, moderado, severo e profundo.

A autora acredita na impossibilidade de arrolar todas as características das p.p.d.m. pertencentes a cada grupo, mesmo porque uma criança é diferente da outra, quer seja normal ou deficiente. No entanto, pedagogicamente, algumas características básicas podem ser consideradas em cada grau de deficiência. Para tanto, a mesma considera o deficiente mental educável, aquele que potencialmente é capaz de um aprendizado mínimo, das tarefas escolares, mais ou menos equivalentes às 3ª/4ª séries do primeiro grau de ensino comum. Aos sete anos não está preparado para ler, escrever e calcular, devido à lentidão na maturação de funções intelectuais específicas para a aprendizagem escolar, tais como memória auditiva e visual, capacidade de generalização, linguagem expressiva totalmente desenvolvida, elaboração de conceitos, percepção, imaginação e criatividade. Necessita de um período maior que a criança normal para vencer cada etapa do

desenvolvimento, geralmente está apto a iniciar o processo de alfabetização e ensino da matemática entre 9 - 11 anos. Apresenta maior incidência de distúrbios de conduta, resultante de rebaixamento dos padrões de censura e auto-crítica e repetidos insucessos no relacionamento interpessoal e na aprendizagem. Consegue um mínimo de adequação profissional que lhe permite manter-se parcial ou totalmente na idade adulta. Finalmente, é capaz de executar trabalhos qualificados e semi-qualificados; o sucesso ou fracasso no trabalho dependem mais de seu comportamento adaptativo do que de sua capacidade de execução.

Já para o deficiente mental treinável, SICA, aponta que o mesmo não se beneficia das atividades de classes especiais para educáveis, sendo improvável que possa adquirir suficiente aprendizagem na área de leitura, escrita e cálculo, apenas algumas palavras e números. Ele é capaz de desenvolver habilidades relativas aos cuidados pessoais, vestir, desvestir, comer sozinho, asseio corporal e pequenas atividades de rotina de casa. Tem alguma noção de perigo em ambientes conhecidos; consegue bom ajustamento no lar e na vizinhança próxima; é capaz de alguma utilidade econômica no lar ou em oficinas abrigadas, quando pode executar trabalhos simples, desde que com supervisão; e não necessita de amparo econômico durante toda a vida (5).

É importante também ressaltar, a preocupação de alguns profissionais da área de Educação, frente a terminologia pejorativa que classifica a p.p.d.m. como educável, treinável, semi-dependente e dependente, acreditando porém em seu desaparecimento com o tempo.

Sobre a terminologia a ser ou não empregada, o que mais importa é o trabalho a ser realizado com essas p.p.d.m., de maneira a torná-las felizes e capazes, na medida do possível, a se relacionarem com a sociedade.

Embora haja esse tipo de preocupação, infelizmente sempre haverá uma distinção entre tais pessoas quanto às suas capacidades, mesmo porque permitirá seu melhor desempenho em classe, e facilitará a elaboração de um planejamento específico a tal clientela.

Na Instituição estudada, foi observado que as classes ou turmas não eram divididas por comprometimento mental, e o fato de se encontrar portadores com diferentes graus de comprometimento, em uma mesma classe, acabava por dificultar não somente o trabalho do profissional como dos próprios portadores.

Era o caso de algumas classes, na Instituição, onde se observava portadores de deficiência mental, educáveis com treináveis, síndrome de down com casos psiquiátricos, ou então, síndrome de down com autistas.

Inexistia a preocupação em estruturar a classe com um número de crianças onde fosse considerado o seu comprometimento mental, ou então, que houvesse uma proporcionalidade do número de profissionais a trabalharem com as mesmas.

O ideal seria que os portadores mais comprometidos fossem colocados em número menor nas classes, caso contrário, somente um profissional não estaria qualificando o seu trabalho, o que conseqüentemente prejudicaria o desenvolvimento desses portadores.

A idade cronológica também era fator a ser considerado, pois a faixa etária, embora diversificada, dificultava um planejamento que levasse em consideração a individualidade biológica de adultos e crianças.

Um exemplo típico era a classe de oficina da Instituição, onde se encontravam adolescentes de diferentes idades e adultos com mais de 30 anos.

As classes variavam desde crianças a partir de 4 anos até a oficina com adultos de 36 anos de idade.

Quanto a disponibilidade em recursos físicos e materiais adequados para atender a proposta de trabalho a ser desenvolvida, o ideal envolveria desde um espaço físico como uma quadra coberta, um galpão, ou uma área ao ar livre, até os variados materiais utilizados em aula.

Dentro das condições da Instituição havia uma quadra não coberta que oferecia certo perigo aos portadores devido o seu acabamento em concreto áspero. Havia um espaço ao ar livre com alguns brinquedos de parque de diversão, e o material utilizado em aula se restringia a alguns arcos, bastões, bolinhas de tênis ou de meia, embalagens de margarina, garrafas de refrigerante, caixinhas de fósforo, tampinhas de garrafa, jornais, duas bolas de borracha, banco sueco, plinto piramidal, argolas de plástico, saquinhos de areia, um pequeno colchão, bolinhas de isopor, caixa de papelão, e fita crepe.

Mediante tantas dificuldades, ainda existia a preocupação com o atual estado do portador e suas necessidades motoras, pois, a Instituição, ao permanecer quatro anos sem oferecer atividades

físicas, tornou um tanto conturbado o seu processo de desenvolvimento.

Dessa forma foi necessária uma prévia "avaliação", com atividades que envolviam desde habilidades motoras básicas, até equilíbrio, coordenação motora, esquema corporal, lateralidade e nível de compreensão.

No GUIA DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE ATIVIDADES MOTORAS DE OLIMPIADAS ESPECIAIS o primeiro passo para planejar um programa adequado de treinamento de atividades motoras é avaliar o nível atual de capacidade motora da p.p.d.m.. O treinador deve primeiramente determinar quais os potenciais, habilidades, e interesses que o participante possui. A seguir, pode desenvolver um programa individualizado, podendo, sistematicamente, ajudar o participante a construir estas capacidades e alcançar seu potencial máximo.

A avaliação do Programa de Treinamento de Atividades Motoras consta das sete principais atividades motoras que incluem: mobilidade, destreza, arremesso, dar pontapés, cadeira de rodas manual, cadeira de rodas elétrica, e atividades aquáticas (6).

A avaliação do GUIA DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE ATIVIDADES MOTORAS DE OLIMPIADAS ESPECIAIS tem por finalidade determinar não só as capacidades motoras gerais, como as que estão relacionadas aos eventos das Olimpíadas Especiais.

Será através da avaliação que iniciarão um treinamento com os p.d.m. de maneira a serem preparados para as Olimpíadas Especiais.

Difere-se deste estudo, pois meu objetivo é identificar a

situação atual do aluno através da avaliação, mas, para estruturar um programa de Educação Física Adaptada em Instituição, sem a preocupação de prepará-lo para algum evento, e sim procurar trabalhá-lo de maneira prazerosa realçando as suas potencialidades.

Interessante a preocupação do autor em verificar o estado em que a p.p.d.m se apresenta em fase inicial, durante o treinamento, e após o vencimento do programa previsto.

VAYER, 1971 e 1978, sugere uma bateria de testes psicomotores que abrange imitação de gestos, observação da lateralidade, equilíbrio, coordenação óculo-manual, controle segmentário, entre outros. Para este autor, uma observação só é válida se realizada fora dos sistemas de referências habituais e os critérios fixados não devem ter relação direta com os modelos encontrados na relação educativa (7).

LAPIERRE, 1982, entretanto, ressalta que os testes, de forma geral, quer sejam psicológicos ou psicomotores, só nos dão informações grosseiras e objetivas, e só faz sentido o uso do exame psicomotor quando o examinador tem uma relação mais direta com o sujeito examinado, conhecendo sua personalidade, sua família, seu comportamento e sua história clínica (8).

Ao pensar em promover um programa de Educação Física, com atividades motoras adaptadas, para portadores de deficiência mental, em Instituição, foi necessário a priori identificar seu comprometimento e as características de fase de desenvolvimento em que se encontrava.

O fato de avaliá-lo, não significava observá-lo apenas

durante uma bateria de atividades motoras, e sim a um acompanhamento constante que teve início dentro de sua própria classe, e, num segundo momento, no decorrer das aulas de Educação Física.

Havia uma preocupação latente, em relação a minha aceitação por parte dos alunos, e um certo cuidado em vivenciar situações, descompromissada naquele momento com o profissional de Educação Física, e sim em estabelecer gradativamente um vínculo que lhes oferecesse segurança.

As primeiras semanas, foi tempo para conhecê-los superficialmente, tanto em classe realizando trabalhos com a professora, como no refeitório ou no recreio ao ar livre.

Toda criança tem um comportamento que lhe é peculiar, existindo desde aquela que está sempre em grandes grupos, companheira, até as mais introvertidas e agressivas, que procuram estar sozinhas.

Foi a partir desse contato e dessa coletânea, que, dentro de um auditório na Instituição, realizei um circuito, com alguns testes, de maneira que o educando, individualmente, recebia as devidas explicações verbais e uma atuação prática. Posteriormente, se dirigia a cada um dos testes em minha companhia, onde anotava os resultados obtidos em fichas.

Nesse processo de avaliação, é de extrema importância evitar o enfoque às atividades motoras isoladas, como as mais ricas informações, e sim considerá-las parte do contexto em que a criança será abordada. Dessa maneira, outras contribuições de grande valia para a complementação da avaliação, é o acesso ao

prontuário da Instituição, e o envolvimento com familiares e pessoas próximas.

Embora a avaliação seja ainda um aspecto bastante discutível, e cada profissional procure realizá-la com base em seus conhecimentos, sabe-se que é um pré-requisito básico para se iniciar um trabalho que irá de encontro às necessidades do educando, simultâneamente respeitando suas limitações, sem deixar de otimizar suas potencialidades.

Notas Bibliográficas

- (1) O.M.S, Introdução a Deficiência Mental, 1.985, p.21.
- (2) ROBINSON, Introdução a Deficiência Mental, 1.975, p.15.
- (3) ANDERSON, Introdução a Deficiência Mental, 1.981, p.15.
- (4) KRYNSKI, Introdução a Deficiência Mental, 1.969, p.16.
- (5) SICA, Introdução ao Estudo da Deficiência Mental, 1.991, p.110.
- (6) GUIA DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE ATIVIDADES MOTORAS DE OLIMPIADAS ESPECIAIS, Atividades Motoras Olimpíadas Especiais, 1.990, p.32.
- (7) VAYER, apud Silvana M. BLASCOVI-ASSIS, Avaliação do Esquema Corporal em Crianças Portadoras da Síndrome de Down, p.8.
- (8) LAPIERRE, apud Silvana M. BLASCOVI-ASSIS, Avaliação do Esquema Corporal em Crianças Portadoras da Síndrome de Down, p.8.

CAPÍTULO II

Proposta de Avaliação

Neste capítulo, pretende-se, a princípio, descrever a avaliação realizada com os portadores da Instituição, de ambos os sexos, com idade cronológica diversificada de 6 a 36 anos.

A clientela, apesar de seu déficit intelectual, se tratava de deficientes educáveis e treináveis, que possuíam boa compreensão, facilitando assim tal execução.

Frequentavam a Instituição diariamente, e dois dias da semana participavam das aulas de Educação Física por aproximadamente 50 minutos, momento em que foram realizadas as avaliações e observações referentes a esta pesquisa.

Cada classe com dez pessoas em média, e inclusive a oficina com vinte e duas pessoas, eram divididas de maneira a possibilitar em horário de aula, a avaliação até a conclusão de todos. Nessa 1ª fase individual, foram utilizados alguns testes padronizados para identificar as dificuldades relacionadas ao equilíbrio estático, equilíbrio dinâmico, lateralidade, coordenação, e esquema corporal.

PROVA nº 1 : Equilíbrio Estático

_ Pedir simplesmente à criança, com os braços ao longo do corpo, para se manter sobre um dos pés, sem precisar qual deles; já a escolha permite observar a lateralidade, em relação ao pé. Pede-se novamente a prova, com os olhos fechados;

_ Pedir para que fique na ponta dos pés, com os braços ao longo do corpo, ora de olhos abertos, ora de olhos fechados;

_ Outra variável, segundo GUILMAIN, 1985: em pé, imóvel, sobre uma linha traçada no chão, a criança colocará um pé a frente do outro, com os braços ao longo do corpo. Ora de olhos abertos, ora de olhos fechados (1).

OBSERVAR: se houve deslocamentos, queda, e, se os braços se afastaram do corpo.

PROVA nº 2 : Equilíbrio Dinâmico

_ Anexar duas fitas adesivas, no chão, com uma largura de aproximadamente 25cm, e pedir para que a criança ande por entre elas;

_ Pedir para a criança andar sobre o banco sueco;

_ Pedir para a criança percorrer uma distância de 2m em um só pé. Preferencialmente executar ora com o pé esquerdo, ora com o pé direito.

OBSERVAR: se houve quedas, se saiu da delimitação, ou se precisou de auxílio.

PROVA nº 3 : Lateralidade

_ Espalhar alguns objetos, pequenos e variados, pelo chão e pedir à criança que pegue um a um conforme solicitação;

_ Com algumas garrafas de plástico montar um boliche, e pedir à criança que as derrube;

_ Demarcar três espaços no chão, com fitas adesivas, de maneira que uma fique distante da outra aproximadamente 30cm, no plano

vertical. A criança ficará a 1,5m de distância das fitas, onde cada uma terá um valor, e o professor solicitará que joguem argolas de plástico, de modo a atingi-las, somando o maior número possível;

_ Pedir à criança que chute ao gol;

_ Pedir à criança que olhe num buraco feito ao centro de uma folha de papel, com um dos olhos.

OBSERVAR: a predominância lateral na execução das atividades.

Os testes de lateralidade de HARRIS, 1985, também informam sobre a dominância funcional manual, a dominância ocular, monocular ou binocular, e a dominância do pé. Decorre daí um perfil de homogeneidade. Em particular, dez ações imitativas que reduzem o risco de respostas estereotipadas :

1- Arremessar uma bola;

2- Dar corda em um relógio;

3- Bater com o martelo em um prego;

4- Escovar os dentes;

5- Pentear-se;

6- Girar a maçaneta de uma porta;

7- Segurar uma borracha;

8- Cortar com uma tesoura;

9- Cortar com uma faca;

10- Escrever (2).

PROVA nº 4 : Coordenação

_ Abrir e fechar simultaneamente o olho direito e o olho esquerdo;

_ Braços estendidos horizontalmente, abrir e fechar ao mesmo tempo a mão direita e a esquerda;

_ Afastar e aproximar a ponta dos pés;

_ Bater alternativamente o pé direito e o pé esquerdo com movimentos do braço direito;

_ Bater alternativamente o pé direito e o pé esquerdo com movimentos dos dois braços.

OBSERVAR: se há dificuldade em coordenar os segmentos solicitados.

PROVA nº 5 : Esquema Corporal

_ Pedir à criança para nomear e localizar as partes de seu corpo frente a um espelho;

_ Para que a criança sinta as diferentes partes de seu corpo, pedir para que fique em : decúbito ventral, decúbito dorsal, ajoelhado, sentado, em pé, com as mãos na cintura, com uma das mãos na cintura e a outra no ombro, etc.

OBSERVAR: se a criança corresponde ao que é solicitado.

Convém salientar que nessa fase individual, embora utilizando testes tradicionais de avaliação, e, que muitas vezes fornecem dados que não condizem com o verdadeiro potencial do indivíduo, foi possível obter boas informações dentro de um ambiente extremamente motivante.

Para a realização de cada um dos testes, procurava envolver as crianças de maneira descontraída e lúdica. Estas, quando não conseguiam ou sentiam algum tipo de dificuldade em sua execução, independente de um pedido para refazê-lo, tomavam a

iniciativa para tal.

Posteriormente, foi desenvolvida uma segunda fase em grupo, já em aulas normais de Educação Física, com a preocupação de colocar em prática um programa específico para as dificuldades detectadas na fase anterior, e que nesse momento dentro de uma perspectiva educacional e também num contexto lúdico, novos dados foram coletados, dessa vez, mais fiéis às potencialidades do indivíduo.

O que me faz discordar de VAYER, 1971 e 1978, quando afirma que a observação para avaliação deve ser realizada fora dos sistemas de referências habituais. Este autor ressalta que a situação de testes implica em objetividade, enquanto a situação educacional requer envolvimento pessoal (3).

Devido a existência de grupos heterogêneos, tanto em idade cronológica como em idade mental, e apesar do objetivo ser o mesmo, as técnicas e recursos eram flexíveis atendendo assim a todo grupo.

Isto posto, era necessário oferecer uma sequência gradual de dificuldades, propondo atividades que partissem do simples ao complexo. Por exemplo, no equilíbrio dinâmico, uma progressão de início no solo, como andar sobre uma fita adesiva; andar sobre uma corda de sisal; até andar sobre o banco sueco num 1º momento em sua posição normal, e, num 2º momento na posição invertida, de maneira que o aluno tenha experiência em andar sobre uma superfície larga e uma mais estreita.

Criar situações vivenciadas também fazia parte dos meus objetivos mais específicos. Assim, através das atividades em aula,

era colocado às crianças situações diversas que se assemelhavam às de sua vida fora da Instituição. Por exemplo, a criança que participava de uma atividade de transposição de obstáculos, estabelecia uma relação de quando precisava passar por baixo de uma roleta de ônibus. Assim, com esse tipo de atividade era possível não só trabalhar sua agilidade, equilíbrio, como associá-la às atividades práticas diárias.

Durante todo o processo de avaliação foi utilizado o critério de VAYER, 1984, onde é feita a comparação da criança com ela mesma, com observações realizadas no início e decorrer do programa. Alguns termos evolutivos como: estabilidade, melhoria significativa, melhoria nítida, melhoria importante, e melhoria muito importante, informavam a maneira pela qual a criança respondia a aplicação das atividades (4).

A cada um dos alunos foi preparada uma ficha, que continha: nome; idade; sexo; a classe que pertencia; a data da realização; se possuía algum outro problema de saúde que pudesse ser desencadeado em função de alguma atividade; e cada uma das atividades propostas com as anotações precedentes.

Quanto maior o número de informações anexadas ao prontuário da criança, melhor será o desempenho do profissional que com ela irá trabalhar.

A avaliação possibilitou detectar a dificuldade acentuada do deficiente mental nas provas de equilíbrio, lateralidade, esquema corporal e coordenação motora. Tais informações, forneceram parâmetros para a elaboração de um plano de trabalho que as suprissem, através de atividades como a " amarelinha ",

onde era possível observar a lateralidade, o equilíbrio, a coordenação, num momento em que a criança era abordada durante uma brincadeira.

Como a amarelinha, muitas atividades tiveram o mesmo objetivo e, algumas delas são:

- _ Andar sobre as linhas da quadra de variadas formas;
- _ Andar sobre terrenos irregulares;
- _ Estafetas;
- _ Cabra-cega;
- _ Boliche;
- _ Imitação de animais frente ao espelho;
- Queimada; etc.

Dessa forma, dentro de uma situação educacional, foi possível tratar a questão da avaliação que, inserida num contexto lúdico, não perdeu de vista a objetividade do momento.

E como todo trabalho, apresentou dados positivos e negativos que estão relacionados abaixo:

_ ASPECTOS POSITIVOS _

- _ A avaliação realizada no contexto lúdico não mascara a potencialidade do aluno tanto individualmente como em grupo;
- _ Dá parâmetros para a elaboração, acompanhamento e evolução de um programa de atividade física adaptada;
- _ Pode servir de subsídio para outros profissionais que trabalham com essas crianças;
- _ Dá visão sobre o estágio de desenvolvimento motor e cognitivo da criança.

_ ASPECTOS NEGATIVOS _

_ O tempo disponível, tanto em fase individual como em grupo, muitas vezes não possibilitava realizar as observações previstas em horário de aula.

Em relação às dificuldades encontradas na Instituição, para este tipo de procedimento, ressaltamos:

- _ A escassez de recursos materiais, para propor novas atividades;
- _ A falta de colaboração dos outros profissionais da Instituição, em fornecer informações pertinentes aos casos;
- _ A impossibilidade de ter acesso ao prontuário dos deficientes.

Notas Bibliográficas

- (1) GUILMAIN, Generalidades sobre a Reeducação Psicomotora e o Exame Psicomotor, 1.985, p.154.
- (2) HARRIS, Generalidades sobre a Reeducação Psicomotora e o Exame Psicomotor, 1.985, p.118.
- (3) VAYER, apud Silvana M. BLASCOVI-ASSIS, Avaliação do Esquema Corporal em Crianças Portadoras da Síndrome de Down, p.73.
- (4) VAYER, O Diálogo Corporal: a ação educativa para a criança de 2 a 5 anos, 1.984, p.222.

Conclusões

A pretensão deste trabalho não é oferecer ao leitor, de maneira minuciosa, o programa de Educação Física Adaptada, mesmo porque cada criança tem suas características próprias e compõem grupos heterogêneos.

A realidade que encontrei pode se similarizar em alguns aspectos a outras Instituições, mas dificilmente às crianças em questão.

Assim, o programa só poderá ser composto dentro dessa realidade, e esta monografia tem por finalidade enumerar fatos e certos cuidados, de maneira a ajudá-los na criação de novos programas, através da avaliação.

Elaborar e desenvolver um programa de atividades motoras adaptadas, associada às dificuldades encontradas, dentro da Instituição, estabelecia uma jornada de bastante tolerância e determinação.

A preocupação e expectativa em determinar algumas metas, e conseguir viabilizá-las tornou-se uma constante em relação aos desafios que aos poucos tomavam proporções alternadas de complexidade.

Assim, à medida que colocado em prática o programa, tornava-se possível constatar que alunos portadores de deficiência mental participantes:

a) Descobriam soluções motoras novas e diversificadas em diferentes situações;

b) Manifestavam interesse e entusiasmo, quando solicitados em aula;

c) Melhoravam a postura, o equilíbrio, o domínio corporal, além de demonstrarem maior auto-confiança.

Sabendo-se dos benefícios proporcionados aos portadores de deficiência mental, o programa sugere um processo pedagógico lento e gradativo ao qual serão submetidos, e que muitas vezes resulta em progressão, mas não descarta a implicação de problemas.

Referências Bibliográficas

ASSUMPÇÃO Jr., Francisco B., SPROVIERI, Maria H. Introdução ao estudo da deficiência mental. São Paulo:Memnon, 1.991.

AUFAUVRE, Marie - Renée. Aprender a brincar aprender a viver. São Paulo:Manole, 1.987.

BLASCOVI-ASSIS, Silvana M. Avaliação do esquema corporal em crianças portadoras da síndrome de down. Campinas, 1.991, 88 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. UNICAMP, 1.991.

CABRAL, Suzana Veloso et al. Educar vivendo : o corpo e o grupo na escola. 2.ed. Porto Alegre:Artes médicas, 1.988.

COLEMAN, James C. A psicologia do anormal e a vida contemporânea. São Paulo:Pioneira, 1.973. v.2.

CRUICKSHANK, William M., JOHNSON, G. Orville. A educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre:Globo, 1.975.

FLEMING, Juanita W. A criança excepcional: diagnóstico e tratamento. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1.988.

GUIA DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE ATIVIDADES MOTORAS DE OLIMPIADAS ESPECIAIS. Brasília: MEC/SED, 1.990.

HOLLE, Britta. Desenvolvimento motor na criança normal e retardada. São Paulo: Manole, 1.979.

JANUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1.985.

LE BOULCH, Jean. Desenvolvimento psicomotor : do nascimento até 6 anos. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1.986.

LUDKE, Menga, ANDRÈ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas São Paulo: E.P.U., 1.986.

MASSON, Suzanne. Generalidades sobre a reeducação psicomotora e o exame psicomotor. São Paulo: Manole, 1.985.

NOT, Louis. Educação dos deficientes mentais. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1.983.

ROUCEK, Joseph. A criança excepcional. São Paulo: Ibrasa, 1.973.

TELFORD, Charles W., SAWREY, James M. O indivíduo excepcional. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1.984.

VAYER, Pierre. O diálogo corporal : a ação educativa para criança de 2 a 5 anos. São Paulo: Manole, 1.984.